

A guerra das digitais: identidades, hierarquias e corpos¹

.....
Ivan da Costa Marques²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil³
imarques@ufrj.br

Recibido: Outubro 25 de 2012

Aceptado: 15 de abril de 2013

.....
¹ Artigo de reflexion. O autor não recebeu suporte financeiro para a pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo. Este artigo retoma e leva adiante a apresentação da “guerra das digitais” feita em Bogotá em 2006 nas 6^a Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia.

² Engenheiro eletrônico, mestrado e doutorado em Electrical Engineering and Computer Science.

³ Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

La guerra de las huellas dactilares: identidades, jerarquías y cuerpos

Resumen

La construcción del mundo moderno (occidental) está asociada a un desfile de nuevos objetos y nuevos sujetos, señalado por los historiadores, especialmente a partir de la primera Revolución Industrial. Este trabajo se enfoca en la emergencia de nuevos objetos y sujetos tecnocientíficos o, más precisamente, sociotécnicos, recurriendo a elementos de un episodio específico de inicios del siglo XXI. A partir del 5 de enero de 2004, los EUA empezaron a recoger las huellas dactilares de quien se presentara en sus fronteras para ingresar al país. Como respuesta, en la misma fecha, Brasil empezó a recoger las huellas dactilares de los portadores de pasaportes emitidos en EUA que intentaran entrar a Brasil. La reacción brasileña provocó controversias en Brasil y EUA, además de comentarios en otros países. La secuencia de los debates fue tildada como “la guerra de las huellas dactilares” por la prensa brasileña. Este breve estudio de la guerra de las huellas dactilares destaca algunas relaciones entre cuerpos, jerarquías de identidades y configuraciones sociotécnicas en medio de las TICs (tecnologías de la información y la comunicación). El tratamiento de estas cuestiones, que involucran *tiempo*, *derecho* y *precisión*, sugiere la conformación de un nuevo cuerpo a la luz motivadora de la identificación (y eliminación) del cuerpo *terrorista*.

Palabras clave: Biometría, Identificación, Cuerpo, Identidad, Brasil, EUA.

Palabras clave descriptores: Dactiloscopia, Ciencia y tecnología, Límites-Brasil, Integración fronteriza.

The War of the Fingerprints: Identities, Hierarchies and Bodies

Abstract

The construction of the modern (western) world is associated with a parade of new objects and new subjects, noted by historians, especially from the so-called first Industrial Revolution. Drawing on elements of a specific episode from the beginning of the XXth century, this work focuses on the emergence of new techno-scientific subjects and objects, or more precisely, sociotechnical. From January 5th, 2004, the U.S. began to collect fingerprints from anyone who presented himself/herself at its borders to enter the country. In response, at the same time, Brazil began to collect the fingerprints of the bearers of passports issued in the U.S. to try to enter Brazil. The Brazilian reaction sparked controversy in Brazil and the USA, as well as comments on other countries. The sequence of the discussions was branded as “the war of the fingerprints” by the Brazilian press. This brief study of the war of fingerprints highlights some relationships between bodies, hierarchies of identities and sociotechnical configurations among the ICT (information and communication technologies). The treatment of these issues, involving *time*, *rights* and *precision*, suggests the formation of a new body to light identification (and elimination) of the body *terrorist*.

Keywords: Biometrics, Identity, Body, Identity, Brazil, USA.

Palabras clave descriptores: Fingerprinting, Science and technology, Limits-Brazil, Border integration.

A guerra das digitais: identidades, hierarquias e corpos

Resumo

A construção do mundo moderno (ocidental) está associada a um desfile de novos objetos e novos sujeitos, marcado pelos historiadores especialmente a partir da chamada primeira Revolução Industrial. Lançando mão de elementos de um episódio específico do começo do século XXI, este trabalho focaliza a emergência de novos objetos e sujeitos tecnocientíficos ou, mais precisamente, sociotécnicos. A partir de 5 de janeiro de 2004 os EUA passaram a colher as impressões digitais de quem se apresentasse em suas fronteiras para ingressar no país. Em resposta, na mesma data, o Brasil passou a colher as impressões digitais de portadores de passaportes emitidos nos EUA que chegassem para entrar no Brasil. A reação brasileira provocou controvérsias no Brasil e nos EUA, além de comentários em outros países. A sequência das discussões foi apelidada de “guerra das digitais” na imprensa brasileira. Este breve estudo

da guerra das digitais destaca algumas relações entre corpos, hierarquias de identidades e configurações sociotécnicas em meio às TICs (tecnologias da informação e da comunicação). Os tratamentos das questões envolvendo *tempo*, *direito* e *precisão* sugerem um novo corpo que se conforma à luz motivadora da identificação (e eliminação) do corpo *terrorista*.

Palavras chave: Biometria, Identificação, Corpo, Identidade, Brasil, EUA.

Palabras clave descriptores: Fingerprinting, Ciência e tecnologia, Limites-Brasil, Integração fronteiriça

Introdução I: a sucessão moderna de novos objetos e sujeitos

Os mais recentes procedimentos e dispositivos de identificação são novas entidades sociotécnicas em processo de aquisição de formas mais estáveis. Historicamente, os demais artefatos científicos e tecnológicos produzidos na construção do mundo moderno, em sua maior parte transladados / traduzidos em diversas formas e regiões a partir da Europa, assim como facas, machados e anzóis de metal, fuzis, vacinas, estradas de ferro, telefones, eletricidade, antibióticos, etc. também foram, em outras épocas e dependendo da região, novos artefatos, objetos novos, antes de se tornarem bens e serviços naturalizados como entidades estáveis.

É precisamente o brilho utilitário deste “enorme aumento na produção e variedade de bens e serviços” que cega uma boa porção dos historiadores das ciências e das tecnologias. Fascinados pela conclusão de que “em termos das coisas materiais que o cercavam, o homem inglês de 1750 estava mais perto dos legionários de César do que de seus próprios bisnetos,” (Landes, 1994) historiadores de resto admiráveis tornaram absolutas as construções do que chamam *coisas materiais* e alinharam suas histórias e análises com o ponto de vista dos *vencedores* (hegemônicos na civilização europeia), não levando em conta ou subestimando muito o papel desempenhado por outros atores na conformação, que é relativa e não absoluta, das entidades sociotécnicas que denominam *coisas materiais*” ou *bens e serviços*.

“O enorme aumento na produção e variedade de bens e serviços” –afirmam muitos historiadores em estilo laudatório– “por si só mudou a maneira de viver do homem mais do que qualquer outra coisa desde a descoberta do fogo”. (Landes, 1994, p. 10)

Os Estudos de Ciências e Tecnologias apresentam uma alternativa à costumeira *história do vencedor*⁴ que aprisiona as histórias das

.....

⁴ Diz-se *história dos vencedores* (*whig history* em inglês) daquela maneira de fazer história que não se esforça para dar voz aos *perdedores*, aos *derrotados*, aos subalternos – uma história contada a partir do ponto de vista dos grupos dominantes. Ver, a esse respeito, por exemplo, Wilson, e

ciências e tecnologias modernas na grades de um modelo de difusão.⁵ Nesses estudos, ou pelo menos em parte deles, aquelas *coisas materiais*, como *quase-objetos* ou *quase-sujeitos*, adquirem consistência como entidades híbridas que atuam e criam novas identidades e hierarquias. Por exemplo, eles nos mostram que o micróbio de Pasteur atuou e criou novas identidades que baralharam hierarquias estabelecidas. “Um tipo diferente de solidariedade ... emergiu quando o filho de um riquíssimo senhor poderia morrer porque a paupérrima criada era portadora da bacilo da febre tifóide” (Latour, 1998, p. 191) Doentes contagiosos, pessoas saudáveis mas perigosas portadoras de micróbios, pessoas imunizadas, pessoas vacinadas, etc. afetaram as hierarquias do corpo tais como antes criadas pela categorias sociais *rico* e *pobre*.

Este trabalho busca relacionar aquelas *coisas materiais* –os fatos e artefatos tecnológicos modernos, novos bens e serviços, novos objetos, novos sujeitos, novas entidades, novos corpos– com identidades e hierarquias, algumas solidamente configuradas, outras ainda mais fluidas, em processo de formação. No âmbito dos Estudos de Ciências e Tecnologias, vou procurar mostrar como novos dispositivos de identificação participam da manutenção de identidades e hierarquias existentes e da construção de novas identidades e hierarquias fazendo uso de um episódio de meados da primeira década do século XXI transitoriamente conhecido como *guerra das digitais*.

Introdução II: a guerra das digitais

A partir de 5 de janeiro de 2004 o governo americano exigiu fotografia e impressões digitais de todos os estrangeiros que dependem de visto para entrar nos Estados Unidos, isto é, na prática, de todos os estrangeiros, exceto aqueles provenientes dos 27 países (ricos) que participam de um acordo de dispensa de visto (*visa waiver program*). A Constituição brasileira acata o *princípio de reciprocidade* determinando que o governo brasileiro trate os cidadãos estrangeiros da mesma forma que seus respectivos governos tratam os brasileiros. Baseado na Constituição, após uma queixa aos tribunais federais brasileiros, relativa às novas medidas do Departamento de Imigração dos EUA,

.....
Ashplant (1988) e Shuster (1995).

⁵ Para uma comparação entre o modelo difusionista e o modelo de tradução/translação ver (Latour, 1998; pp. 218-237).

um juiz federal, Julier Sebastião da Silva, sentenciou em dezembro de 2003 que, a partir de janeiro de 2004, fotografia e impressões digitais deveriam passar a ser exigidas de cidadãos norte-americanos ao chegar ao Brasil.

A embaixadora dos EUA no Brasil, Donna Hrinak, referiu-se à decisão como *desnecessária*. O secretário de estado Collin Powell reclamou da lentidão do processo de identificação. Os brasileiros se dividiram a respeito da decisão judicial. O prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, apelou da decisão alegando que a medida impingiria enormes perdas ao turismo na cidade. A decisão provocou uma série de comentários na imprensa, principalmente no Brasil mas também nos EUA e até em outros países, com tendências a tomar partido adotando posturas a favor ou contra as medidas adotadas. Durante o mês de janeiro de 2004 dois cidadãos americanos tiveram seus vistos cancelados, foram multados e mandados de volta aos EUA por desrespeito aos funcionários encarregados do processo de identificação na imigração brasileira. A seqüência de eventos circunscreveu um episódio ao qual a imprensa brasileira se referiu como *a guerra das digitais*.⁶

Um pouco de teoria: enquadramento, ângulo de abordagem, protonegociação e constituição moderna⁷

Na conformação de objetos novos surgem questões que são abordadas e enquadradas a partir de ângulos decorrentes dos atores participantes que se empenham (ou não) em superá-las. Para que possa haver acordo que ultrapasse as questões conflituosas e controversas é preciso haver um acordo prévio, tácito ou explícito, quanto ao ângulo da abordagem e enquadramento da questão. Muitas vezes este acordo decorre do que poderíamos chamar de protonegociação.

No caso do mundo moderno, uma protonegociação está incorporada ao que (Latour, 1991/1994) chama de *constituição moderna*. A *constituição moderna* institui uma divisão entre Natureza, correspondente ao *mundo das coisas-em-si*, e Sociedade, correspondente ao *mundo dos homens-entre-si*. Desse modo a modernidade coloca em cena o que Bruno Latour chama de *o grande divisor*, que separa uma abordagem Técnica de uma abordagem Política de qualquer questão. O catecismo

.....
⁶ Ver, por exemplo, as edições do *Jornal O Estado de São Paulo* em Janeiro de 2004.

⁷ Para *constituição moderna* e mais teoria, ver, por exemplo, (Latour, 1991/1994).

analítico para a apreciação do conhecimento científico moderno reza que nunca se misture o trabalho de purificação, que constrói o grande divisor, com o trabalho de tradução / translação, que o atravessa, embora ambos os trabalhos sejam levados a cabo simultaneamente:

- 1) O trabalho de purificação permite a criação de objetos, práticas e situações com limites traçados em esferas ontológicas proto-negociadas como completamente distintas. Por exemplo, no que concerne nossos corpos, suas impressões digitais, íris, DNA, etc. são dispostos na esfera ontológica denominada Natureza enquanto suas criminalidades, direitos de ir e vir, nacionalidades, etc. são alojadas na esfera ontológica Sociedade. Já no que concerne os estados-nações, como logo veremos, a *demora na identificação* nos aeroportos é abordada na esfera ontológica Técnica ao mesmo tempo em que o *direito de colher impressões digitais* é abordado na esfera ontológica Política.
- 2) Já o trabalho de tradução/translação justapõe elementos heterogêneos sem consideração por suas esferas ontológicas. As traduções/translações atravessam e misturam as esferas ontológicas onde são colocadas as formas resultantes do trabalho de purificação, atravessando-as e articulando-as para construir quase-objetos e quase-sujeitos que resultam, de fato, em híbridos que não podem ser entendidos se colocados em esferas separadas denominadas Natureza e Sociedade (Latour, 1991; 1994, pp. 10-11). No caso da guerra das digitais os atores traduzirão, por exemplo, como veremos, o direito que concedem aos estados de colherem impressões digitais (algo político) no tempo que demoram para colher tais impressões (algo técnico).

Na *guerra das digitais*, novos procedimentos e dispositivos de identificação, particularmente de identificação de estrangeiros, são conformados em negociações que acontecem em espaços diferenciados e hierarquizados, aos quais chega-se a partir de certos ângulos de abordagem das questões. Os ângulos de abordagem têm efeitos na formação e reprodução de identidades e hierarquias mas, como fazem parte de uma protonegociação, como veremos, permanecem muitas vezes ausentes dos registros das negociações. De modo geral, as negociações procedem em movimentos de convergência e divergência de traduções/translações e distribuição dos conflitos e controvérsias em um espaço diferenciado hierarquizado.

Este espaço de negociação é obtido na interseção onde os diversos agentes negociadores se encontram e constroem uma versão da

realidade a partir de ângulos de abordagem que são simultaneamente Técnicos (relativos à Natureza) e Políticos (relativos à Sociedade). A separação entre as esferas técnica (Natureza) e política (Sociedade) é propalada (tácita ou explicitamente) pelos modernos. Mas isto constitui um ardil, uma vez que a separação entre Natureza e Sociedade é posta em cena na explicação (epistemológica) do conhecimento moderno mas não em sua construção e negociação.⁸

No caso da realidade da identificação de corpos que atravessaram as fronteiras entre os EUA e o Brasil na guerra das digitais, as negociações se deram em processo complexo envolvendo a participação profissional e popular. Este ensaio contempla o espaço diferenciado hierarquizado das negociações da guerra das digitais a partir de três questões: 1) tempo; 2) direito; e 3) precisão.

A questão Tempo

O tempo, tal como o espaço, está entre as entidades modernas mais universalizadas – o tempo é algo medido e negociado desde as auroras da modernidade e traduzido / transladado para todo o planeta com muito sucesso⁹. Com todo o aparato de medida e uniformização dos relógios hoje instalados no planeta, determinar e negociar limites entre o que é e o que não é aceitável, e em quais circunstâncias, parece hoje uma tarefa fácil. Isto é, uma tarefa é de enquadramento relativamente fácil quando é o tempo que está em questão porque os referenciais de tempo estão relativamente bastante padronizados e *universalizados*¹⁰.

Nessas condições não surpreende que, na guerra das digitais, a questão do intervalo de tempo levado para colher as impressões digitais –*demora na identificação*– tornou-se de imediato uma proeminente questão Técnica. *Demora na identificação* é um tipo de intervalo de tempo propício a um referencial (tipo de medida, no caso) que desde há

⁸ Bruno Latour vincula este ardil ao que chama de *invencibilidade moderna* (Latour, 1998).

⁹ Ver a esse respeito (Crosby, 1997a) em inglês ou (Crosby, 1997b) em português. “...de 1275 a 1325... [alguém construiu o primeiro relógio e o primeiro canhão mecânicos da Europa. Aparelhos esses que obrigaram os europeus a raciocinarem em termos de um tempo e um espaço quantificados.” (Crosby, 1997b, pp. 30-31). Ver também, por exemplo, Cipolla (1967).

¹⁰ Após o século XVI, “de maneira muito lenta, hesitante e amiúde inconsciente, os ocidentais começaram a improvisar uma nova versão de realidade, a partir dos elementos herdados e da experiência presente e, em muitos casos, comercial.” (Crosby, 1997b, p. 65) Ver em especial, “TEMPO”, Capítulo 4, (Crosby, 1997b, pp. 81-97). “Foi nas cidades europeias ... que, pela primeira vez na história, o tempo começou a ser ‘isolado’ como uma forma pura, externa à vida” (Crosby, 1997b, p. 87).

muito tem sido intensamente negociado na história da modernidade. Enquadramento do tempo e dispositivos de medida do tempo, relógios, há muito foram feitos e estabilizaram-se.

A disseminação de relógios por todo o planeta está fortemente vinculada à construção do mundo moderno, e portanto enquadramentos e dispositivos de medida do tempo são facilmente vistos como algo *técnico*, isto é, *puro, desembaraçado, simples* em última instância. Medir o tempo foi intensamente naturalizado. A *demora na identificação* colocou em cena uma divisão entre o Técnico e o Político nos campos de batalha da guerra das digitais. Configurada como um intervalo de tempo no aeroporto, a *demora na identificação* tornou-se rapidamente, ou melhor, constituiu-se já desde o início como algo *técnico*, isto é, algo cujos limites entre o que é e o que não é aceitável deveriam ser resolvidos em bases técnicas:

Claire Fallender, uma socióloga americana de 27 anos de Boston, [...] disse que havia esperado cinco horas. “O único problema é que sem a tecnologia para processar as pessoas, [o procedimento brasileiro] está causando frustração e perdendo o sentido como protesto contra a política americana.” (CBSNews, 2009). (sublinhado acrescentado)

Washington ficou aborrecido com a reação de represália do Brasil ao sistema US-VISIT que entrou em vigor na segunda-feira com tecnologia digital após um ano de preparação ... Viajantes americanos queixaram-se de demoras de até nove horas no aeroporto do Rio de Janeiro onde as autoridades da imigração brasileira, que só receberam a ordem na semana passada, estão usando tábuas de tinta e papel. (AirWise News, 2004). (sublinhado acrescentado)

Claire Fallender, da mesma forma que Washington, não aceita a demora (algo já protonegociado como referente à esfera Técnica) que acompanha o protesto (algo já protonegociado como referente à esfera Política) que parece aceitar. Eles tranquilamente consideram uma coisa está separada da outra. Se uma questão se torna técnica, então não há espaço para considerações políticas em sua discussão pois os modernos falam como se eles não misturassem a esfera técnica, a esfera de ciência e tecnologia (a Natureza) com a esfera da política (a Sociedade).

A questão da *demora na identificação* foi logo colocada entre as camadas mais sedimentadas da esfera técnica. Tanto é assim que o governo brasileiro rapidamente compreendeu que *demoras na iden-*

tificação longas seriam inaceitáveis e prontamente anunciou que o tempo de identificação seria minimizado. A partir daí os agentes puderam procurar e negociar *soluções técnicas* (até possivelmente adquirir novos equipamentos vendidos pelos próprios EUA) para minimizar as filas de cidadãos americanos nos aeroportos brasileiros.

Mas ater-se à divisão entre Natureza e Sociedade que é colocada em cena pelos modernos tem efeitos nas identidades e hierarquias. Por exemplo, quanto mais moderna é a identidade de uma pessoa, mais o seu tempo é enquadrado pelo relógio, mais importantes são as suas horas, mais curto é o intervalo de tempo que ela acha aceitável como *demora na identificação* –isto é parte da identidade de alguém que se considera *moderno*. E, em uma hierarquia de identidades, uma identidade moderna é colocada acima de outras identidades locais não tão preocupadas com *desperdiçar ou usar o tempo*, identidades que poderiam se posicionar de formas muito diferentes quanto à importância de minimização da *demora na identificação*.

Na guerra das digitais, a identidade moderna aparece tão robusta em relação a possíveis outras e as medidas modernas do tempo são tão universalizadas que outras identidades não encontraram nenhum porta-voz nesta negociação. Para todos os envolvidos, não se deveria problematizar a expectativa moderna sobre a *demora na identificação*. Ela não deveria e não poderia levar mais do que alguns segundos, reforçando implicitamente uma hierarquia de identidades e classes associadas à preocupação prioritária com os tempos modernos.

Essa hierarquia de identidades é uma relação de poder e envolve valores, prioridades e distribuições. O valor atribuído ao tempo moderno se relaciona à exaltação de opções por determinados tipos de eficiência, opções que beneficiam alguns e dificultam a vida de outros.¹¹ Essa hierarquia é portanto propriamente política, mas seus mecanismos de criação e reprodução estão profundamente sedimentados nas camadas da esfera técnica, a ponto de tornarem-se universais ou naturais e portanto invisíveis.

.....
¹¹ Talvez a referência mais eloquente aqui seja o filme genial de Charles Chaplin, “Tempos Modernos”, de 1936.

A questão Direito

Na guerra das digitais a questão do direito de o Brasil colher as impressões digitais de cidadãos americanos foi de imediato abordada a partir do ângulo legal na esfera Política. Emblematicamente a obrigação do governo brasileiro de fotografar e colher as impressões digitais dos cidadãos americanos foi estabelecida por um juiz federal e não pelo Ministério das Relações Exteriores. O ministério seria certamente mais sensível a questões que poderiam deteriorar as boas relações com os EUA:

O governo do Brasil tentou deixar claro que a determinação de colher as impressões digitais e fotografar todos os visitantes americanos é a decisão de um juiz federal regional de 34 anos, não [da política externa. (AirWise News, 2004). (sublinhado acrescentado)

No entanto, assim como o tempo, as leis entre os homens são algo que os modernos também estão constantemente negociando e há muito foi (como princípio) acordado que os governos e os estados também estão sujeitos às leis. Assim, talvez exceto pela primeira reação, precipitada, da embaixadora dos EUA no Brasil, já mencionada acima (*A decisão do juiz é desnecessária*), o governo dos EUA reconheceu prontamente o direito do Brasil legislar sobre os procedimentos nos aeroportos brasileiros:

Os EUA disseram que observariam de perto as novas regras brasileiras, mas destacaram que era direito do Brasil impor tais exigências. “Nossos consulados gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro estão monitorando os desenvolvimentos desta questão de perto”, disse o porta-voz representante do Departamento de Estado dos EUA Adam Ereli. Mas ele acrescentou que os EUA não tinham nenhum plano para reclamar ou até discutir os regulamentos com as autoridades brasileiras. “É direito soberano deles assim fazer se o quiserem.” ele disse aos jornalistas. (BBC News, 2004). (sublinhado acrescentado)

Apesar da relação de poder imensamente assimétrica, foi fácil para os dois governos enquadrar e acomodar a situação dentro das leis nacionais. A observância da “constituição moderna” (Latour, 1991; 1994) reforça a divisão entre o Técnico e o Político. As regras da

Sociedade cuidam daquelas questões que não são parte da Natureza. Juntos, as leis nacionais e internacionais e o tempo enquadraram a questão da guerra das digitais e pavimentaram um caminho para um acordo estável.

A questão do direito do Brasil de colher as impressões digitais dos cidadãos americanos ao entrar no país foi desde logo abordada como algo *político* cujos limites entre aceitação e rejeição deveriam ser legitimamente decididos com base nas leis nacionais e internacionais. As discussões sobre *direitos* são legais e políticas e não foram misturadas com questões técnicas tais como *demora na identificação*. As negociações acontecem com mais facilidade se e quando feitas dentro de limites de referenciais previamente acordados porque os agentes negociadores não farão demandas não enquadradas (vistas, de dentro do enquadramento, como *descabidas* ou *irracionais*).

O resultado é como se houvesse dois fatos independentes indisputáveis: 1) o Brasil tem o direito de colher as impressões digitais dos cidadãos americanos (acordo decorrente de protonegociação na esfera da ontologia da política); 2) o Brasil tem que fazer uma coleta rápida (acordo decorrente de protonegociação na esfera da ontologia da técnica).

Novamente, neste caso, a aderência ao princípio constitucional moderno tende a reforçar as distribuições e hierarquias já existentes. Por exemplo, o governo americano diz que para se tornar elegível para o programa de dispensa de visto um país deve ter uma baixa taxa de pedidos de vistos negados¹². É possível então sugerir que os brasileiros pobres que pleiteiam um visto de entrada nos EUA para procurar um emprego aumentam a taxa de vistos negados, e portanto eles tornam o Brasil inelegível para o programa de dispensa de visto do governo americano.

A maior parte destas pessoas provém de camadas populares de determinadas regiões do Brasil, e não é inconcebível que os brasileiros ricos se sintam prejudicados.¹³ Dependendo das circunstâncias, os ricos poderão vir a pressionar os governos a destacá-los dos pobres que tentam obter um visto de entrada nos EUA criando diversas categorias de passaportes. Se somente brasileiros ricos obtivessem passaportes

.....
¹² Um critério matemático que pretende a apresentar as decisões a respeito do programa de dispensa de visto nos EUA como decisões “técnicas” e simultaneamente permite aos EUA tratar uma questão “política”, ao dizer que “o Brasil não está sendo discriminado”, pois o critério matemático cria uma classe homogênea de países onde está o Brasil, e toda esta classe recebe o mesmo tratamento.

¹³ Em 2005 as cidades destacadas como fontes destes pedidos foram Governador Valadares, M.G., Poços de Caldas, MG e Criciúma, PR. Ver (*Jornal O Estado de São Paulo*; 2005).

de categorias elegíveis somente eles pleiteariam vistos. A taxa de vistos negados então cairia, abrindo o caminho para a participação em algum tipo de programa de dispensa de visto para aquela categoria de passaporte, obtida a partir de uma dispensa de visto para os portadores de passaporte diferenciados como, por exemplo, os de identificação biométrica.¹⁴

A questão Precisão

Como já apontado acima, uma condição importante para a implantação e manutenção das hierarquias e identidades modernas é não se problematizar a separação entre o trabalho de purificação e o trabalho de tradução / translação que, no entanto, acontecem simultaneamente: a constituição moderna reza que se faça o jogo de não misturar ou atravessar as esferas técnica e política constitucionalmente estabelecidas como independentes. Bruno Latour compara esta separação àquela

(...) que distingue o poder judiciário do executivo, que não teria como descrever os múltiplos laços, as influências cruzadas, as negociações contínuas entre os juizes e os políticos. No entanto, aquele que negar a eficácia desta separação estará enganado. (Latour, 1991; 1994, p. 19)

A guerra das digitais é um episódio que, embora diminuto, exhibe a dinâmica delicada deste artifício. A ponta de uma linha de fuga da constituição moderna pode ser observada quando em declarações oficiais o governo americano alegou que o Brasil “não estava sendo discriminado” nos aeroportos americanos:

“Lamentamos a maneira como novos procedimentos foram repentinamente postos em prática que diferenciam cidadãos americanos.” disse um porta-voz da embaixada dos EUA no Brasil. “O Brasil não está sendo diferenciado”. (AirWise News, 2004). (sublinhado acrescentado)

.....
¹⁴ Nos últimos anos milhares de brasileiros pobres embarcaram na aventura de buscar ilegalmente um emprego nos EUA, munidos de um passaporte que custa 50% do salário mínimo. Certamente esta hipótese de emissão de passaportes especiais (ainda mais caros) exclusivamente para os mais ricos somente reconfiguraria a fronteira Brasil/EUA como um espaço que é somente em parte constituído pelo mecanismo de apresentação de passaportes e vistos.

Na ocasião isto pareceu uma resposta isolada à alegação do Brasil de estar simplesmente aplicando o princípio da reciprocidade nas relações internacionais e, assim como a primeira reação da embaixadora, esta controvérsia latente não se desenvolveu. No entanto, vale observar que neste modesto indício de que uma controvérsia poderia surgir e prosseguir, já se insinua o atravessamento e a mistura das esferas da técnica e da política, constitucionalmente independentes:

“Ao mesmo tempo que reconhecemos o direito soberano do Brasil de determinar as exigências para entrada no Brasil, nós lamentamos a maneira como novos procedimentos foram repentinamente postos em prática que diferenciam cidadãos americanos submetendo-os a tratamento excepcional que tem implicado em demorados atrasos no processamento, tal como o caso de hoje com um atraso de mais de nove horas para alguns cidadãos americanos,” dizia o comunicado assinado pelo assessor de imprensa da embaixada Wesley Carrington. (CBSNews, 2004). (sublinhado acrescentado)

O atravessamento e a mistura das esferas técnicas e políticas também entram em cena quando o presidente de uma agência estatal de financiamento de desenvolvimento tecnológico (FINEP) lamentou a decisão do governo brasileiro de usar dispositivos de identificação franceses importados para colher as impressões digitais dos cidadãos americanos. Ele alegou que, se fosse dado mais tempo, a guerra das digitais era uma boa oportunidade para aumentar a capacidade tecnológica local e fazer a identificação com equipamentos brasileiros.

A negociação é facilitada quando ela mantém as protonegociações e é feita dentro de quadros de referência previamente estabelecidos. Mesmo assim, contudo, pode tomar direções imprevistas. *Demora de identificação* é uma tecnologia incorporada nos sistemas de computadores e dispositivos de interface. Se a origem desta tecnologia passa a ser levada em conta e portanto se torna um problema, a negociação pode tornar-se mais complicada. Se por hipótese o Brasil tivesse que pagar caro por tecnologia americana para satisfazer às expectativas dos americanos, a negociação da *demora na identificação* poderia se complicar. O enquadramento do tempo poderia transbordar nesta dobra, cedendo a reivindicações não enquadradas (vistas como *descabidas* ou até mesmo *irracionais* porque não constam das protonegociações e enquadramentos prévios).

A BBC noticiou que hoje, em São Paulo, passageiros americanos foram colocados em filas separadas, interrogados, fotografados e tiveram colhidas as suas impressões digitais, causando demora para os viajantes. Eric Wesson, um turista americano, disse ao *Post* que “se nós vamos tratá-los como criminosos quando eles visitam nosso país, eles vão fazer tudo para que a gente se sinta da mesma maneira. É uma espécie de guerra de humilhação ao invés de uma guerra comercial.” (*The New Standard*, 2004). (sublinhado acrescentado)

Novamente vemos aqui as questões da *demora na identificação* e o *direito de colher impressões digitais* justapostas na mesma declaração. Mas, diferentemente do que vimos antes, aqui elas atravessam e misturam as esferas técnicas e políticas modernas, constitucionalmente independentes, para produzir efeitos que subvertem hierarquias, agora em resposta a declarações anteriores que também subvertem hierarquias, tais como legitimar a coleta generalizada de impressões digitais como meio efetivo de conter o terrorismo¹⁵.

Como já ressaltado, as ciências e as tecnologias, seja por meio de micróbios ou de telefones celulares, subvertem as hierarquias e identidades estabelecidas. (Perry, O'Hara, Sellen, Brown y Harper, 2005) Dispositivos tecnológicos recentemente desenvolvidos se tornaram *actantes* importantes na aparentemente eterna guerra travada ao redor do objetivo de identificar individualmente todo corpo, e de fazer isto de uma maneira rotineira e constante.¹⁶ Poderosas metáforas de naturalização são invocadas para participar nesta guerra onde os limites das dimensões e posições dos corpos humanos na sociedade –os direitos dos corpos dos cidadãos à identidade e à privacidade– tremem diante das precisões das medidas das dimensões e posições dos corpos na natureza.

.....
¹⁵ “Atualmente, alguns dos principais aeroportos do mundo já utilizam sistemas de identificação facial. Cada câmera espalhada analisa dez rostos por minuto. Os dados são transferidos para o banco de dados de instituições criminais como o FBI ou a Interpol e comparados aos rostos dos criminosos. É a biometria surgindo como arma contra o terrorismo.” Ver: *Jornal O Estado de São Paulo* (2000).

¹⁶ Bruno Latour propõe “chamar de actante qualquer pessoa ou qualquer coisa que seja representada” (Latour, 1998:138) ou seja, “o que o porta-voz representa”. (Latour, 1998, p. 148)

TIC, novas tecnologias... novos corpos e profecias auto-realizadas

Dispositivos tecnológicos recentemente desenvolvidos no âmbito das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) abrem canais de banda larga entre o que até recentemente marcava os limites tradicionais e “naturais” dos corpos humanos (pele) e os bancos de dados das instituições. Esses canais de banda larga desconstruem o venerável corpo humano, a antiga cidadela fortificada de nossas identidades e privacidades.¹⁷

Eles dão uma volta a mais no movimento ilustrado pelas figuras a seguir em direção a um mundo de, digamos, ciborgues propriamente ditos, onde os corpos imediatamente –ou mediatamente– afetam e são afetados pelos bancos de dados das instituições. (Latour, 1991; 1994) A polícia, os militares e outras instituições, médicas, comerciais ou industriais, passam a fazer parte integrante de nossos corpos, não mais metaforicamente, como dizíamos, mas literalmente.¹⁸



Figura 1

¹⁷ O corpo emerge visivelmente na contemporaneidade em meio a pelo menos dois processos aparentemente paradoxais. Por um lado parecem estar disponíveis os meios para exercer um grau de controle sem precedentes sobre os corpos. Por outro lado foram lançadas dúvidas radicais sobre o conhecimento sobre o que são os corpos e como devem ser controlados. (Shilling, 1993, p. 3) e (Latour, 2004).

¹⁸ “As informações a serem registradas no Eurodac incluem as impressões digitais, gênero, data da tomada das impressões digitais e um número de referência usado pelo estado que o fornece. Embora nenhum nome, endereço ou lugar de residência sejam registrados no próprio Eurodac, o número de referência sempre permite que o estado que o fornece vincular as informações no Eurodac a uma pessoa específica; portanto as informações do Eurodac são consideradas como ‘informações pessoais’ na definição da Diretiva Europeia para Proteção da Informação, e portanto colocadas sob a proteção ali delineadas.” (Conselho e Parlamento Europeu, (1995) apud Ploeg, 1999) (tradução do autor, sublinhado acrescentado).



Figura 3

A Figura 3 ressalta que o acesso a essas faixas de banda larga são controladas, normalmente por grandes instituições na área médica, policial, financeira, etc. através de dispositivos de certificação, cujos exemplos mais simples são as senhas a que todos estamos prosaicamente acostumados.



Figura 4

Finalmente a Figura 4 ressalta o deslocamento da fronteira entre Natureza e Sociedade trazido pelas TICs, sugerindo a substituição da Natureza e da Sociedade, tais como entendidas na modernidade, por um fluxo interativo ainda sem formas muito estabilizadas.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) desempenham certos tipos de interação cujos efeitos possibilitam novos entendimentos e novas ontologias para os corpos se for abandonada a noção do corpo como “uma residência provisional de alguma coisa superior – uma alma imortal, o universal ou o pensamento” esmaecendo

as noções até agora mais estabilizadas do corpo. (Latour, 2004, p. 206)
Ao fazer isto pode-se entender e considerar que:

- 1) Os corpos não têm uma forma fixa. Não há propriamente corpos, há somente processos de incorporação. “Ter um corpo é aprender a ser afetado” (William James apud (Latour, 2004, p. 205). Os corpos estão mudando junto com as tecnologias. Novos corpos entram em cena na medida em que vai acontecendo o aprender a como ser afetado pelas TICs.
- 2) A idéia de um pan-óptico que é capaz de *ver tudo* pode ser contemplada quando se primeiro toma consciência da faixa de passagem (bits ou informação por unidade de tempo) dos novos condutores que traduzem / transladam os corpos em suas identificações. Como dito acima, as TICs substituem as tabuinhas, arquivos de papel e demoradas buscas e comparações manuais por dispositivos eletrônicos programados incomparavelmente mais rápidos. Assim as TICs permitem a integração de elementos de vários universos prévios de corpos identificáveis em uma unidade de vigilância (por exemplo, a unificação dos arquivos de vários países através da consulta mútua pela polícia ou órgãos de saúde).

Talvez possa ser verdade que “é difícil encontrar um lugar, ou uma atividade, que esteja segura e protegida de um dispositivo de acompanhamento, marcação, escuta, observação, gravação ou verificação de alguém” (Lyon, 2002, p. 1). Contudo estes dispositivos de integração de elementos de vários universos têm sempre seu desempenho dentro de um enquadramento específico e consequentemente não concretizam a distopia da prisão pan-óptica.

- 3) Adaptando as palavras de Bruno Latour, a identificação universal, imediata e precisa dos corpos pode existir, mas ocupa uma posição muito diferente do que a tradição primeiro pensa. Ela não está atrás da cena, sobre nossas cabeças e antes da ação, mas sim depois da ação, embaixo dos participantes e direto no primeiro plano. Ela não cobre, nem envolve, nem junta, nem explica; ela circula, ela formata, ela padroniza, ela coordena, ela tem que ser explicada e, sobretudo, é um processo em construção (Latour, 2005, p. 246).

Estes novos corpos desempenharão novas traduções/translações de identidades e hierarquias. É provável que, enquanto um novo corpo ciborgue molda e é moldado em um processo que pode deslocar o divisor Natureza e Sociedade, os quadros de referência para as

negociações do corpo, das identidades e das hierarquias serão instáveis e transbordarão mais freqüentemente.

A terceira questão que abordei acima no episódio da guerra das digitais, isto é, a questão Precisão, está muito menos universalizada do que o tempo e a lei, já que a precisão dos novos dispositivos de identificação vem junto com a reforma radical na identificação sociotécnica dos corpos humanos, com a criação de um novo corpo e novos efeitos nas identidades, hierarquias e categorias sociais. E as negociações tornam-se especialmente complicadas quando a proposta dominante para a arquitetura do novo corpo coloca a sua alegada capacidade de conter o terrorismo como base consensual de sua reivindicação de legitimidade.

O padrão precedente das tecnologias de identificação com uso de tábua de tinta e papel para colher impressões digitais seguida de comparação não automatizada tinha se esgotado e a busca de dispositivos de identificação mais rápidos e precisos aparece como a continuação de uma trajetória natural. Donald MacKenzie mostrou como, no caso de direcionamento de mísseis nucleares, o aumento das precisões não era uma trajetória natural, embora assim parecesse, mas sim uma *profecia auto-realizada*. No caso da precisão dos dispositivos de identificação biométrica estamos talvez diante do erro crucial do fatalismo da metáfora da trajetória:

Pois embora o obstáculo para atingir maiores precisões [com uma determinada tecnologia] não possa ser ultrapassado, ele pode ser contornado pela adoção de novas formas de direcionamento. Aqueles que desejam estancar o aumento da precisão dos mísseis poderiam focalizar seus esforços em impedir que estas novas formas se tornassem realidade. Mas eles não farão isto se acreditarem que as precisões dos mísseis continuarão naturalmente a aumentar. (MacKenzie, 1990, p. 169) (sublinhado acrescentado)

Comentários de saída

O pesquisador dos Estudos CTS defronta-se frequentemente com a pergunta *qual é a contribuição do seu trabalho para os Estudos CTS?* Esta pergunta é perfeitamente legítima e crucial do ponto de vista acadêmico ou *científico*, mas ela retém uma coloração universalista.

Um dos resultados do próprio campo dos Estudos CTS é que *todo conhecimento é situado*. Há uma situação implícita na pergunta acima, que é a situação dos *vencedores*, se me permitem fazer um paralelo com a *história dos vencedores*.

Talvez principalmente para o pesquisador que está na periferia, há outras perguntas que fazem vibrar outras frequências. Por exemplo: *qual a contribuição dos Estudos CTS para o Brasil?* Não pretendo responde-la aqui. Mas esta pergunta, mesmo em sua formulação reducionista, é perfeitamente legítima e crucial do ponto de vista político que, bem sabemos, não se separa simplesmente do científico e do acadêmico.

No entanto, perguntas como esta, que se vê como retendo uma coloração utilitarista, via de regra não precisam ser formuladas explicitamente pelos *vencedores*. Elas já se encontram alojadas nas protonegociações que lançam a coloração universalista do Campo CTS. A formulação explícita de perguntas que ressoam com utilitarismo é crucial para que os Estudos CTS possam cumprir o papel de mobilizador político através da desconstrução da universalidade natural da ciência e da tecnologia, como apontou Domald MacKensie. As formas de um novo corpo a serem atingidas e estabilizadas em meio às TICs não estão definidas nem são naturais mas podem ser apresentadas como tal. Desfazer essa naturalização liga-se diretamente à pergunta *o que o campo CTS pode fazer pelas redes em que você escolheu viver?*

Referências

- AirWise News* (2004 janeiro 5). Brazil Fingerprint Order Causing Delays.
- BBC News* (2004, janeiro 3). Rio Mayor Slams US Visitor Rules. World Edition.
- CBSNews* (2004, janeiro 5). Angry Reax To Airport Screening.
- Cipolla, C. M. (1967). *Clocks and Culture, 1300-1700*. London: Collins.
- Crosby, A. W. (1997a). *The Measure of Reality: Quantification and Western Society, 1250-1600*. Cambridge [England]; New York, NY, USA: Cambridge University Press.
- Crosby, A. W. (1997b). *A mensuração da realidade - a quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600* (V. Ribeiro, Trans. 1ª ed.). São Paulo: Editora UNESP - Cambridge University Press.
- Jornal O Estado de São Paulo* (2000, novembro 14). Bem-vindo ao aeroporto do futuro. 67

Crosby, A. W. (2005, março 18). Estados Unidos podem deportar 57 brasileiros. 49

Landes, D. S. (1994). *Prometeu desacorrentado - transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na europa ocidental, desde 1750 até a nossa época* (V. Ribeiro, Trans.). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Latour, B. (1991/1994). *Jamais fomos modernos - ensaio de antropologia simétrica* (C. I. d. Costa, Trans. 1ª ed.). Rio de Janeiro: Editora 34.

Latour, B. (1998). *Ciência em ação - como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora* (I. C. B. e. J. d. P. A. (revisão), Trans.). São Paulo: UNESP.

Latour, B. (2004). How to Talk About the Body. The Normative Dimension of Science Studies. *Body & Society*, 10 (2-3), 205-229.

Latour, B. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford; New York: Oxford University Press.

Lyon, D. (2002). *Surveillance Society: Monitoring Everyday Life*. Buckingham [England]; Philadelphia: Open University Press.

MacKenzie, D. A. (1990). *Inventing Accuracy: An Historical Sociology of Nuclear Missile Guidance*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Perry, N., O'Hara, K., Sellen, A., Brown, B. y Harper, R. (2005). Dealing with Mobility: Understanding Access Anytime, Anywhere. *ACM Transaction on Computer Human-Interaction*, 8 (4), 323-347.

Ploeg, I. (1999). The Illegal Body: 'Eurodac' and the Politics of Biometric Identification. *Ethics and Information Technology*, 1, 295-302.

Shilling, C. (1993). *The Body and Social Theory*. London; Newbury Park, California: Sage Publications.

Schuster, J. A. (1995). The Problem of 'Whig History' in the History of Science. Em *The Scientific Revolution, An Introduction to the History and Philosophy of Science*. Sydney: School of History and Philosophy of Science, UNSW.

The New Standard (2004). 'War of Humiliation' Ensues as Brazil Fingerprints U.S. Visitors.

Wilson, A. y Ashplant, T.G. (1988). Whig History and Present-Centred History. *The History Journal*, 31 (1), 1-16.

